



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293688-7

COMARCA: 1ª VARA CÍVEL DE PESQUEIRA

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

APELADO: MARILENE AVELINO

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER - APELO QUE SE LIMITA A REPETIR ARGUMENTOS DA CONTESTAÇÃO - AFRONTA AO ART. 514, DO CPC - APELO NÃO CONHECIDO - RECURSO ADESIVO PROVIDO - MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293688-7, em que figuram como Apelante BANCO BRADESCO S/A e como Apelada BANCO BRADESCO S/A, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"Por unanimidade de votos, não se conheceu da apelação do Banco Santander S/A e deu-se provimento ao recurso adesivo de Marilene Avelino, nos termos do voto da Turma"*. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 13 de outubro de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



- 176 -

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293688-7
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADV: WILSON SALES BELCHIOR PE001259A
APELADO: MARILENE AVELINO
ADV: RICARDO F. DO A. FRANÇA PE021160
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais c/c Obrigação de Fazer.

Sentença Recorrida: A Decisão (fls. 102/103) julgou procedente o pedido contido na exordial, para anular o contrato que vincularia o BRADESCO a HUGO HENRIQUE TENORIO DE BRITO no sentido de ser ele o arrendatário do veículo de placa KHU 5642, para condenar o BANCO BRADESCO a indenizar a parte autora pelos danos morais sofridos, estipulados nessa oportunidade em R\$ 7.000,00, devidos a partir do trânsito em julgado da sentença, e incidindo juros de 1% ao mês e correção monetária desde a data da decisão, determinando que o BANCO BRADESCO promova a retirada do gravame e a regularização do veículo em nome da autora, proferindo sentença com julgamento do mérito, por força do art. 269, I, do Código de Processo Civil c/c art. 927 do Código Civil. Custas e honorários advocatícios fixados nesta oportunidade em 20% da condenação, pela parte requerida, por força do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Estipulou o prazo de 10 dias, a contar da decisão, para que o BANCO BRADESCO regularize o registro do veículo junto ao DETRAN, retirando o gravame objeto desta demanda, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por dia de atraso do cumprimento da ordem. Determinou que a parte requerida, com o trânsito em julgado, deverá providenciar o pagamento da condenação, no prazo de 15 dias, sem necessidade de nova intimação, sob pena de multa de 10%, na forma do art. 475-J do Código de Processo Civil.

Objeto I: Apelação com pedido de reforma total da sentença (107/122).

Razões recursais: Alega que a parte autora não cumpriu com a sua parte na obrigação, estando em débito com a apelante. Explicita que qualquer transação realizado por terceiro, qual seja se verificada a existência de fraude mediante apresentação dos documentos pessoais da parte autora, deve ser a responsabilidade imputada ao próprio autor, que não teve a devida cautela na guarda dos seus documentos. Afirma não ter cometido qualquer ato ilícito, agindo amparada pelo Direito, inexistindo, portanto, qualquer dano moral a ser indenizado. De forma alternativa, requer a redução do montante indenizatório e adoção de critério razoável para a fixação de prazo para cumprimento da decisão judicial, devendo-se atentar para a realidade operacional das instituições financeiras.

Objetivo II: Recurso adesivo de MARILENE AVELINO, pugnando pela majoração do valor arbitrado em sentença (fls. 140/141).

Contra-razões ao apelo: Às fls. 138/139v, objetivando o desprovimento do apelo.

Contra-razões ao Recurso Adesivo: Às fls. 147/154, requerendo o desprovimento do recurso adesivo.

É o que importa relatar.
À Douta Revisão.

Recife, 25 de maio de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293688-7
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADV: WILSON SALES BELCHIOR PE001259A
APELADO: MARILENE AVELINO
ADV: RICARDO F. DO A. FRANÇA PE021160
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Inicialmente, sobre o recurso de apelação, da leitura das razões da apelação, depreendo que a parte ré, ora apelante, limitou-se a repetir os argumentos da contestação, apenas reiterando recursalmente a sua insatisfação com a decisão do magistrado singular.

Revela-se, todavia, inadmissível o conhecimento de recurso nessas condições interposto, por expressa afronta ao disposto no art. 514, do Código de Processo Civil.

Na mesma direção segue o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais pátrios:

"As razões recursais devem atacar os fundamentos da decisão recorrida, sendo inepta a petição de recurso que apenas se reporta aos argumentos já expendidos em irresignação anterior" (Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 27.840/7-RSm 4a Turma, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJU 15.2.1993, p. 1.690)

APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO DO EMBARGANTE. PEÇA RECURSAL QUE APENAS REPRODUZ A INICIAL, SEM REFUTAR ESPECIFICAMENTE OS TERMOS DA SENTENÇA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 514, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO NÃO CONHECIDO. 514 II CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL "A admissibilidade da apelação está subordinada ao cumprimento dos requisitos legais, especialmente aqueles elencados no art. 514 do CPC. Dai que sem impugnação específica ao decisum, limitando-se o recurso à transcrever as argumentações lançadas na contestação, resta concluir pela ofensa ao princípio da dialeticidade, segundo o qual a exposição dos fundamentos de fato e de direito do inconformismo são fundamentais para ensejar a reapreciação da causa." (Apelação Cível n. , de Camboriú, Quinta Câmara de Direito Comercial, Rel. Des. Volnei



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**Celso Tomazini, j. em 26/05/11).514CPC (883477 SC 2011.088347-7,
Relator: Rejane Andersen, Data de Julgamento: 02/02/2012,
Segunda Câmara de Direito Comercial, Data de Publicação:
Apelação Cível n. , de Urussanga)**

**APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - EXECUÇÃO DE SENTENÇA
EM MANDADO DE SEGURANÇA - RECURSO QUE AFRONTA O PRINCÍPIO
DA DIALETICIDADE - REMISSÃO À ARGUMENTAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL
- INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 514,II E 515 DO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL - RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO 1.CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL**Afrontam o princípio da dialeticidade as razões recursais que
não enfrentam os termos da sentença combatida, apenas se
limitando a remeter à argumentação aventada nas alegações
iniciais, uma vez que carecem dos fatos e fundamentos do
pedido de reforma. 2. De modo que "O recurso não garante de
condições que ensejem o seu conhecimento, pois não foram
demonstradas as razões que induzissem à reforma da decisão
agravada. A simples reiteração dos mesmos argumentos já
deduzidos na instância originária, sem que se explicitem os
fundamentos da irresignação e o desacerto da decisão recorrida,
afronta o princípio da dialeticidade e justifica o seu não-
provisionamento". (STJ - AgRg nos EDv nos EREsp 507592/RS - S1 -
Primeira (7582690 PR 0758269-0, Relator: Luiz Antônio Barry, Data
de Julgamento: 03/05/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação:
DJ: 632)

O presente apelo carece de fundamentação, uma vez que não impugna os fundamentos da sentença, apenas reitera o teor de peça de defesa já utilizada e corretamente ultrapassada pelo Togado Singular.

Logo, não conheço do recurso de apelação.

Com relação ao Recurso Adesivo interposto pela parte autora/apelada, ao meu sentir não resta qualquer dúvida de que a conduta da ré/apelante causou evidente prejuízo de ordem moral à autora/ apelada.

A restrição constante no órgão de trânsito não se justifica e a própria ré não nega as alegações da inicial, limitando-se a afirmar que não agiu com culpa, imputando o fato a terceiro ou exclusivamente à autora. Assim, a ré/apelante não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus a ela imposto de demonstrar ausência de culpa na indevida restrição de documento, nem comprovou ter adotado os procedimentos regulares e necessários à celebração do contrato de financiamento.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

Importante explicitar que a atividade financeira exercida pela ré está inserida entre aquelas que implicam risco (CPC, art. 927), tornando-se, então, responsável pelos danos causados à vítima em razão da sua atuação, ainda que não tenha concorrido com culpa.

Há atitude negligente da ré em financiar veículo a terceiro, registrando, ainda, o gravame no registro do veículo, impedindo licenciamento e caracterizando ofensa ao direito de personalidade e que ultrapassam os limites do mero aborrecimento. Aliás, sequer se preocupou em exibir cópias do contrato e dos documentos do veículo e na condição de financeira, habituada a negócio desse porte, tem condições de evitar a concretização de situações como a presente nos negócios dessa natureza.

Não se cuida de mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada e que, no dizer de Sérgio Cavalieri Filho, *"fazem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo"* (cf. "Responsabilidade Civil", pág. 105).

Como ensina Carlos Alberto Bittar, na *"concepção moderna da teoria da reparação dos danos morais prevalece, de início, a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação... o dano existe no próprio fato violador, impondo a necessidade de resposta, que na reparação se efetiva. Surge ex facto ao atingir a esfera do lesado, provocando-lhe as reações negativas já apontadas. Nesse sentido é que se fala em damnum in re ipsa. Ora, trata-se de presunção absoluta ou iure et de iure, como a qualifica a doutrina. Dispensa, portanto, prova em contrário. Com efeito corolário da orientação traçada é o entendimento de que não há que se cogitar de prova de dano moral"* (Reparação Civil por Danos Morais, Editora Revista dos Tribunais, 2.ª ed., págs. 202/204).

Resta a fixação dos danos morais e sua mensuração tem se constituído em verdadeiro tormento para os operadores do direito, não fornecendo o legislador critérios objetivos a serem adotados. Atribui-se ao Juiz arbítrio prudencial, com enveredamento da natureza jurídica da indenização como ressarcitória e punitiva, mas não a ponto de transformar a estimativa como resultado de critérios meramente subjetivos, ofertando a doutrina, dentre outros, análise de pormenores importantes como: a) o grau de reprovabilidade da conduta ilícita; b) a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima; c) a capacidade econômica do causador do dano; d) as condições pessoais do ofendido (cf. Antonio Jeová Santos, Dano Moral Indenizável, Editora Revista dos Tribunais, 4ª edição, pág. 186).

Destarte, a condenação era medida que se impunha no presente, merecendo reparo a decisão apenas no tocante ao valor fixado a título de danos morais, pois, a meu sentir, o valor arbitrado (R\$ 7.000,00) deve ser majorado para o patamar de R\$ 10.000,00.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

(dez mil reais), em virtude da semelhança com casos já julgados anteriormente por esta Colenda Câmara.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DA APELAÇÃO DO BANCO BRADESCO S/A E DOU PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DE MARILENE AVELINO, apenas para majorar o quantum indenizatório a título de danos morais para o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mantendo-se, no mais, a sentença atacada, por seus próprios fundamentos.

É COMO VOTO.

- Recife, 01/10/2013.
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293688-7

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

APELADO: MARILENE AVELINO

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REV. SUBSTITUTO: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO


VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É COMO VOTO.

Recife, 1.º de outubro 2013 -


Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Revisora substituta